

06/03/2012

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 24.716 DISTRITO
FEDERAL**

RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S)	: LAURO ROCHA REIS
ADV.(A/S)	: MIRYAM NARA ROCHA REIS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Recurso ordinário em mandado de segurança. 2. Direito administrativo. 3. Processo administrativo-disciplinar. 4. Servidor punido com pena de suspensão. 5. Indeferimento de diligência probatória, motivadamente, não viola o contraditório e a ampla defesa. 6. É dispensável a intimação de acusado em PAD para interrogatório dos demais envolvidos, não se configurando, na espécie, cerceamento de defesa (art. 159, § 1º, Lei 8.112/90). 7. Ausência de intimação do acusado para interrogatório de testemunhas. Cerceamento de defesa configurado. 8. Reconhecimento da ausência de irregularidades na conduta do impetrante. Inexistência de dano ao erário 9. Condenação inadequada do recorrente. 10. Recurso provido para conceder a segurança e anular o ato administrativo que aplicou a penalidade de suspensão ao recorrente.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do Senhor Ministro Ayres Britto, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, prover o recurso ordinário para conceder a segurança, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 6 de março de 2012.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

Documento assinado digitalmente

06/03/2012

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 24.716 DISTRITO
FEDERAL**

RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S)	: LAURO ROCHA REIS
ADV.(A/S)	: MIRYAM NARA ROCHA REIS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR): Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança contra decisão do Superior Tribunal de Justiça, ementada nos seguintes termos:

DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. APLICAÇÃO DE PENA. LEI N. 8.112/90. AMPLA DEFESA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. DENEGAÇÃO.

I – Independentemente da revogação ou não do art. 5º, III, da Lei n. 1.533/51 pela Constituição de 1988 em face do princípio da ampla defesa, não é próprio o mandado de segurança para reexaminar a matéria probatória constante dos autos do processo administrativo em que se aplicou a penalidade.

II – A motivação do ato administrativo, na linha da melhor doutrina, que atenda aos requisitos da congruência, exatidão, suficiência e clareza, não o inquina de nulidade.

III – A apreciação da veracidade ou não das conclusões técnicas contidas em parecer de auditoria demandaria, na espécie, dilação probatória dissonante do pressuposto do

RMS 24.716 / DF

mandado de segurança de pré-constituição das provas.

IV – Tendo a comissão disciplinar apurado a desídia do servidor com base nas provas testemunhais e documentais produzidas na via administrativa, desfazer essa conclusão exigiria o reexame aprofundado do conjunto probatório, procedimento inviável em sede de mandado de segurança (fl. 1.893).

O recorrente, a pretexto de violação do direito de defesa, alega que houve irregularidades na condução do processo administrativo-disciplinar, relacionadas ao indeferimento do pedido de arrolamento e oitiva de duas testemunhas; à ausência de intimação das audiências para interrogatório dos demais envolvidos; e à impossibilidade de acesso ao Livro de Protocolo.

Sustenta, ainda, que o relatório final produzido pela Comissão Disciplinar, o qual teria sido utilizado como motivação para o ato que fixou a pena de suspensão, é inverídico, pois o TCU, ao julgar a tomada de contas especial instaurada por determinação do Presidente do STJ, decidiu pela regularidade das contas e inexistência de dano ao erário.

A União apresentou contrarrazões às fls. 1.908-1915, pugnando pelo não provimento do recurso.

A autoridade coatora prestou suas informações às fls. 1.934-1.935, aduziu a ilegitimidade do Presidente do STJ para figurar no polo passivo da demanda, ao argumento de que *autoridade coatora, para fins de mandado de segurança, é a pessoa que ordena ou omite a prática do ato impugnado, não me parecendo deter, o em. Presidente do Tribunal, poderes para manter ou reformar, por si, decisão colegiada desta mesmo grau de jurisdição.*

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso (fls. 1.969-1.971). Confira-se a ementa:

RECURSO ORDINÁRIO – MANDADO DE SEGURANÇA
– PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – LEI 8.112/90
– CERCEAMENTO DE DEFESA – IMPUGNAÇÃO ÀS
RAZÕES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE

RMS 24.716 / DF

CULMINOU NA PUNIÇÃO DO SERVIDOR – AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – PARECER PELO IMPROVIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO.

O recorrente peticionou às fls. 1.987-1.991 requerendo a declaração, de ofício, da nulidade absoluta do processo administrativo-disciplinar que culminou com sua suspensão, ante a suposta existência de questões de ordem pública, tais como cerceamento de defesa e ausência de motivação.

É o relatório.

06/03/2012

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 24.716 DISTRITO
FEDERAL****VOTO**

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR): Inicialmente, o recorrente aduz cerceamento de defesa em virtude do indeferimento do pedido de arrolamento e oitiva de duas testemunhas, da ausência de intimação para interrogatório dos demais envolvidos e da impossibilidade de acesso ao Livro de Protocolo.

O recorrente requereu a oitiva de Américo Pedro Bianchini e João Batista Gonçalves, conforme atesta documento de fl. 801.

Contudo, o Presidente da Comissão Processante entendeu que a referida oitiva não se revelava necessária, uma vez que o pedido tinha por finalidade fundamentar a contradita de outra testemunha (Maria Monteiro Marinho), a qual também foi indeferida, ao argumento de que ela já teria prestado depoimento à Comissão, tendo sido suficientemente inquirida sobre o assunto que se pretendia contraditar. Assim, consignou que a oitiva de Américo Pedro Bianchini e João Batista Gonçalves não era mais relevante, pois teriam se tornado insubsistentes os motivos para realização do ato processual (fl. 803).

Registre-se que é pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que o indeferimento de diligência probatória, tida por desnecessária pelo juízo, não viola o contraditório e a ampla defesa, desde que devidamente motivado, como ocorreu no caso em comento.

Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OITIVA DE TESTEMUNHAS DISPENSADA. DILIGÊNCIA PROBATÓRIA DESNECESSÁRIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURADO. AGRAVO IMPROVIDO. I – O indeferimento de diligência probatória, tida por desnecessária pelo juízo a quo, não viola os princípios do contraditório e da ampla defesa. Precedentes. II –

RMS 24.716 / DF

A exigência do art. 93, IX, da Constituição, não impõe que seja a decisão exaustivamente fundamentada. O que se busca é que o julgador informe de forma clara e concisa as razões de seu convencimento. Precedentes. III - Agravo regimental improvido (AI-AgR 816.631, rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, DJe 1.2.2011).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPROCEDÊNCIA DA PRELIMINAR DE APLICABILIDADE DO ART. 543, § 1º, DO CPC. EQUÍVOCO NA INDICAÇÃO DO RESP. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ARTIGO 5º, LIV E LV, DA CF/88. OFENSA REFLEXA. INDEFERIMENTO DE PROVAS E JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. REVOLVIMENTO DE FATOS E DE PROVAS. SÚMULA STF 279. 1. É inaplicável o art. 543, § 1º, do CPC à espécie, dado o equívoco da parte na indicação do agravo contra a decisão que inadmitiu o REsp apresentado no STJ. O recurso interposto, simultaneamente ao apelo extremo da agravante, é outro. E este não logrou êxito no STJ, cuja decisão já transitou em julgado. 2. A análise de eventual ofensa à Constituição Federal (art. 5º, LIV e LV, da CF), por ter o Tribunal a quo confirmado a sentença que indeferiu a produção de provas e concluiu pelo julgamento antecipado da lide, envolveria, no caso, o reexame de fatos e de provas (Súmula STF 279), bem como a análise de legislação infraconstitucional. 3. A decisão que reputa desnecessária determinada diligência probatória, desde que apoiada em outras provas, não ofende a Constituição Federal. Precedentes. 4. Agravo regimental a que se nega provimento (AI-AgR 687.909, rel. Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, DJe 19.8.2011).

No que se refere à alegada impossibilidade de acesso à cópia dos Livros de Protocolo, tampouco assiste razão ao recorrente.

Colhe-se dos autos que o recorrente solicitou a vistoria dos livros de protocolo às fls. 664-665 e que a referida providência foi deferida no bojo da própria petição. Nesses termos, averiguar efetivamente se o recorrente

RMS 24.716 / DF

teve ou não acesso ao documento requerido demanda dilação probatória, providência vedada no âmbito do mandado de segurança.

É preciso destacar que o mandado de segurança, em razão de não admitir dilação probatória, exige a demonstração incontroversa dos fatos e provas, de forma pré-constituída, para caracterização do direito líquido e certo.

Além disso, o recorrente aduz cerceamento de defesa em virtude da ausência de intimação da pauta de audiências para interrogatório de 25 pessoas.

Da análise dos autos (fl. 463), vislumbra-se que, destas 25 pessoas, 9 correspondem aos acusados do referido PAD. Quanto a estes, há que se ressaltar que a Lei 8.112/90, ao estabelecer as diretrizes para desenvolvimento do processo administrativo-disciplinar, dispõe que o interrogatório dos acusados deve ser tomado em separado, a saber:

Art. 159 (...)

§ 1º No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos e circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

Assim, a ausência de intimação das datas em que tais interrogatórios iriam acontecer não afronta o direito de defesa, uma vez que se mostra, em regra, não só desnecessária, como também vedada, a presença dos demais acusados.

Logo, é dispensável a intimação do recorrente para interrogatório dos demais envolvidos, não se configurando, na espécie, cerceamento de defesa. Ressalte-se que o recorrente teve acesso à cópia de todos os depoimentos, o que possibilitou o contraditório por ocasião da apresentação da sua defesa escrita.

No entanto, assiste razão ao recorrente no que se refere à alegação de cerceamento de defesa decorrente da ausência de intimação para oitiva das testemunhas.

Se, por um lado, a Lei 8.112/90 não exige a intimação do acusado da

RMS 24.716 / DF

data em que ocorrerá o interrogatório dos demais envolvidos, por outro dispõe que é imperativa a sua intimação da designação da oitiva das testemunhas, requerendo inclusive que conste do mandado de intimação o ciente do interessado, a saber:

Art. 156. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

(...)

Art. 157. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

Nessa linha, o acusado deve ser previamente intimado do depoimento das testemunhas, sob pena de nulidade do ato.

No caso, vislumbra-se que, à fl. 463, referente à pauta de interrogatórios aprovada pela Comissão Processante, além dos 9 acusados, foram arroladas diversas testemunhas. Contudo o recorrente não foi intimado previamente da data dos seus respectivos interrogatórios, o que, no tocante às testemunhas, configura claro cerceamento de defesa.

Ademais, nada obstante o vício formal no processo administrativo em questão, verifico que a pretensão do recorrente, quanto ao mérito, merece acolhida.

Extraí-se dos autos que foi instaurado o Processo Administrativo-Disciplinar n. 001/97-CEPAD (fls. 301-302) em desfavor de nove servidores do STJ (Djair Fiorillo Lopes, Maria Lúcia da Silva Resende, Osmane Antônio dos Santos, Lucimar Maria da Silva Oliveira, Moisés Silva Couto, **Lauro Rocha Reis**, Tassio Eslange Crizóstimo da Costa, Lázaro Ilídio da Fonseca e Tiago Pereira Lima), a fim de apurar a

RMS 24.716 / DF

ocorrência de irregularidades na execução do Contrato n. 044/95 – firmado entre o Superior Tribunal de Justiça e a Empresa Convibrás, para a prestação de serviços de vigilância armada.

A Comissão Disciplinar, em seu relatório final, delineou a conduta do recorrente, que à época ocupava o cargo de Diretor da Divisão de Contratos, nos seguintes termos:

Lauro Rocha Reis violou os incisos I, II, III, IX do art. 116, da Lei 8.112/90, vez que teve conhecimento da ausência de atesto na Nota Fiscal n. 92 da empresa Covibrás e da inexistência de termo aditivo (fls. 27, do PM 183/95-11), ainda assim, determinou providências, pessoal e diretamente (Doc. Fls. 417/418, 494 a 503, 517 a 522, 528 a 529 e 530/531, todas do Processo Disciplinar n. 001/97/CEPAD/STJ), agindo de má-fé, no sentido de dar prosseguimento a atos que ensejaram o pagamento indevido, ainda que o Processo Material 183/95-11 estivesse desacompanhado de instrumentos legais necessários ao pagamento pela SOF, induzindo as demais Unidades do Tribunal a erro, vez que não assinou a guia de encaminhamento, nem protocolizou sua entrega à Secretaria de Orçamento e Finanças (fl 1.485-1.486).

Diante dos fatos apurados, o Presidente da Comissão Disciplinar, ainda no relatório final, sugeriu a aplicação da penalidade de suspensão do recorrente pelo período de 60 dias.

O Presidente do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o referido PAD, acolheu parcialmente os argumentos contidos no relatório final e determinou, entre outras providências, a aplicação de pena de suspensão de 45 dias, prevista no art. 127, II, c/c art. 130 da Lei 8.112/90, ao servidor **Lauro Rocha Reis**, ora recorrente, e a instauração de Tomada de Contas Especial, a fim de obter o imediato ressarcimento ao erário dos valores recebidos a maior pela empresa Convibrás Vigilância de Brasília Ltda. (fls. 1492-1497).

O Tribunal de Contas da União, ao julgar a referida Tomada de Contas Especial, adotou o parecer proferido pelo Ministério Público,

RMS 24.716 / DF

consignando que o STJ, ao inovar na edição do edital de licitação, acabou por incorrer em imperfeições, as quais induziram todas as licitantes em erro quanto à fixação do preço, a saber:

Ao contrário da prática usual na Administração Pública, em que os editais de licitação destinados à contratação de serviços de vigilância exigem dos licitantes que apresentem seus preços por postos de serviço, a administração do Superior Tribunal de Justiça decidiu inovar, exigindo das empresas que participaram da Concorrência nº 005/95 que cotassem seus preços por carga de trabalho unitária (homem.hora) para cada um dos diversos tipos de profissionais de vigilância previstos no edital. Esses preços deveriam ser decompostos em duas partes: o 'montante A', correspondente à soma do salário a ser pago ao trabalhador e dos respectivos encargos sociais e trabalhistas, e o 'montante B', correspondente à soma de encargos fiscais, de despesas com transporte e refeição do empregado, da taxa de administração, do lucro da empresa e de outros itens.

(...)

Ou seja, o edital da Concorrência n. 005/95 apresentou-se com incorreções e inconsistências que poderiam fazer com que os licitantes incorressem em erro ao cotar seus preços

(...)

Em todas as propostas apresentadas pelas empresas que participaram da Concorrência nº 005/95 (folhas 28 a 62 do volume 1), constata-se que o preço cotado para uma hora de trabalho de um vigilante que atuaria em escala de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso não chega a 60% do preço cotado para uma hora de trabalho de um vigilante com jornada de 8 horas.

Essa grande diferença de remuneração entre os dois tipos de vigilantes não se justifica, a não ser que as empresas estivessem esperando, com base em entendimento possível a ser dado ao confuso edital de licitação, que a administração do STJ adotasse o multiplicador de 360 horas por mês quando do

RMS 24.716 / DF

pagamento mensal pelos serviços prestados mediante a referida escala de 12 horas de trabalho por 36 horas de folga.

Isso sugere que, em suas propostas, todos os licitantes desenvolveram o mesmo raciocínio, tendo sido induzidos a erro - em relação àquilo que supostamente pretendiam os elaboradores da Concorrência nº 005/95 – por ambigüidade no edital de licitação (fls. 1847-1.849).

Assim, diante do fato de que as empresas licitantes teriam sido induzidas a erro em relação ao que pretendia o STJ com a referida licitação, a Corte de Contas passou à análise da conduta dos administradores e concluiu que a *administração do STJ, ao proceder à alteração do Contrato n. 044/95, adequando-o de modo a afastar os efeitos dos erros cometidos em virtude das imperfeições do edital de licitação, optou pelo caminho que melhor atenderia ao interesse público, sem que com isso ferisse ou violasse a Concorrência nº 005/95, pois, por ter se evidenciado o erro coletivo das licitantes, seria de se esperar que essa alteração contratual fosse reclamada por qualquer daquelas empresas, caso lograssem vencer o referido certame (fl. 1851).*

Confira-se trecho do voto do relator da Tomada de Contas Especial:

São duas as questões fulcrais envolvidas no processo: a repactuação do contrato com vistas a restabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, com supostos prejuízos à administração pública; e o reajuste geral indevido dos preços pactuados entre o STJ e a Convibrás.

O parecer da 5ª SECEX e do Ministério Público junto a este Tribunal são uniformes quanto à ilegalidade do reajuste geral dos preços pactuados entre o STJ e a Convibrás, visto que a legislação o impedia ao longo do primeiro ano de vigência do contrato.

No tocante à majoração dos preços relativos aos vigilantes escalados para 12 horas de trabalho com 36 horas de descanso, creio assistir razão ao Exmo. Sr. Procurador-Geral que afirma não ter havido prejuízo para a administração pública, porquanto os preços pagos pelo STJ antes da repactuação

RMS 24.716 / DF

vinham de fato gerando desequilíbrio econômico-financeiro à Convibrás. Concorro quando afirma que os preços, posteriormente ao reajuste, ficaram em patamares semelhantes aos de mercado e que uma eventual denúncia do contrato, por qualquer das partes, essa sim poderia gerar prejuízos ao STJ, pelo cessar dos serviços de vigilância contratados.

Com base nos cálculos formulados pelo Ministério Público, é possível atestar a existência de uma dubiedade de interpretação do que dispunha o edital, descaracterizando-se, inclusive, eventuais atos praticados com má-fé. Ressalto de seu Parecer o trecho em que consigna que, se obedecido o edital, chegar-se-ia ao cúmulo de se ter um único vigilante trabalhando 12 horas/dia por todos os dias do mês, ininterruptamente, inclusive em finais de semana e em feriados.

Favoravelmente ao trabalho desenvolvido pela Comissão de Reavaliação de Contratos, tem-se que, dos 235 contratos examinados, apenas esse, o de nº 044/95, teve proposta de seus membros no sentido da majoração de preços em desfavor do STJ, permitindo que se conclua, com relação à referida Comissão, pela inexistência de má-fé na elaboração de seus pareceres.

Outro fato que merece relevo foi a tentativa de a própria empresa obter, em 31.03.1995, portanto antes do julgamento das propostas, junto à Comissão Permanente de Licitação do STJ, maiores esclarecimentos com relação a questão que ora se discute, e não ter recebido daquela Comissão qualquer tipo de resposta, o que representa mais uma prova da dubiedade existente em cláusulas do edital.

O Sr. Procurador-Geral consigna em seu Pronunciamento não haver razões de se imputar débito a qualquer dos responsáveis arrolados no processo, visto que, a seu ver, ficou caracterizado que a imperfeição do edital gerou o erro das licitantes. Por outro lado, a administração do STJ, ao ter promovido o encontro de dívidas e haveres com a empresa Convibrás, além de ter restabelecido o devido equilíbrio econômico-financeiro do contrato, obteve a quitação da dívida

RMS 24.716 / DF

que a empresa possuía com o órgão.

Diante do exposto e relatado, posiciono-me de acordo com as conclusões do d. Ministério Público e Voto por que este Colegiado adote o Acórdão que ora submeto à sua deliberação (fls. 1854-1855).

Em suma, registre-se que o fundamento utilizado para aplicação da penalidade de suspensão ao servidor Lauro Rocha Reis foi o de que sua conduta teria ocasionado dano ao erário em virtude do pagamento a maior daquele pactuado pelo Contrato 044/95 à empresa contratada mediante a Concorrência 005/95.

Contudo, conforme amplamente demonstrado pelo TCU no julgamento da Tomada de Contas Especial, não restou comprovado qualquer dano ao erário decorrente da atuação da administração do STJ ao proceder à alteração do Contrato 044/95, onde se inclui a conduta do recorrente, que ocupava à época o cargo de Diretor da Divisão de Contratos. Pelo contrário, restou consignado que a atuação dos servidores se deu em conformidade com defesa do interesse público.

Dessa forma, verifico direito líquido e certo do recorrente, que foi condenado inadequadamente por inexistente dano ao erário e refutadas irregularidades na execução do contrato.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso ordinário para conceder a segurança e anular o ato administrativo que aplicou a penalidade de suspensão ao recorrente, seja em virtude do cerceamento de defesa decorrente da ausência de intimação para oitiva das testemunhas, seja pela inexistência de irregularidades na execução do contrato.

06/03/2012

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 24.716 DISTRITO
FEDERAL**

V O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: (CANCELADO).

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) -
Suposta danosidade que serviu como a própria motivação, a
fundamentação do ato administrativo disciplinar punitivo.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: (CANCELADO).



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 24.716

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES

RECTE.(S) : LAURO ROCHA REIS

ADV.(A/S) : MIRYAM NARA ROCHA REIS E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RECDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: recurso ordinário provido para conceder a segurança e anular o ato administrativo que aplicou a penalidade de suspensão ao recorrente, seja em virtude do cerceamento de defesa decorrente da ausência de intimação para oitiva das testemunhas, seja pela inexistência de irregularidades na execução do contrato, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Falou, pelo recorrente, o Dr. Flávio Christmann Reis. **2ª Turma**, 06.03.2012.

Presidência do Senhor Ministro Ayres Britto. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes, Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo da Rocha Campos.

Karima Batista Kassab
Coordenadora